

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA¹

Juliana de Oliveira Ayres Marques²

 <http://lattes.cnpq.br/5396316711660402>

 <https://orcid.org/0009-0006-3569-7356>

Ricardo José Batista Nogueira³

 <http://lattes.cnpq.br/0604004914038074>

 <https://orcid.org/0000-0002-7217-2237>

Resumo: O presente artigo traz à discussão um olhar sobre a escola enquanto um aparelho de Estado que possui a sua localização pensada para viabilizar o acesso ao sistema educacional pela população e que, a partir da noção de centro e periferia, formam-se representações sociais distintas sobre essa instituição no que se refere à sua qualidade pedagógica e estrutural. O objetivo desse texto é apontar para uma nova perspectiva da discussão centro/periferia sob o enfoque educacional. Para traçarmos um cenário que corroborasse com essa hipótese, metodologicamente, aplicamos alguns questionários com alunos que estudam em uma escola de bairro na cidade de Manaus e em uma escola do centro da cidade para termos uma compreensão, mesmo que muito inicial, sobre o que os move a construir ou reproduzir essa representação que diferencia em termos de reconhecimento as escolas do centro e/ou da periferia.

Palavras-Chave: escola, cidade, centro, periferia, representação social.

THE PLACE OF THE SCHOOL IN THE CITY AND THE NOTION OF CENTRE AND PERIPHERY

Abstract: This article brings to the discussion a look at the school as a state apparatus that has its location designed to enable access to the educational system by the population and that, from the notion of center and periphery, distinct social representations are formed about this institution with regard to its pedagogical and structural quality. The aim of this text is to point to a new perspective of the center/periphery discussion under the educational approach. To outline a scenario that corroborated this hypothesis, methodologically, we applied some questionnaires with students who study in a neighborhood school in the city of Manaus and in a school in the center of the city to have an

¹ Artigo elaborado como trabalho de conclusão da disciplina Epistemologia do Ensino de Geografia do PROFGEO/UNB. Outubro de 2022.

² Discente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Geografia da UnB. Professora de Geografia da Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas. Email julyayres28@gmail.com

³ Doutor em Geografia Humana (2002) pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: nogueiraricardo@uol.com.br

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

understanding, even if very initial, about what moves them to build or reproduce this representation that differentiates in terms of recognition the schools of the center and/ or the periphery.

Keywords: school, city, center, periphery, social representation.

Introdução

A urbanização da sociedade é um fenômeno mundial. Embora não ocorra igualmente em todos os momentos e em todos os lugares, este fenômeno exige interpretações particulares pois que são inúmeros os fatores que interferem nesse processo, afinal, nem toda cidade surgiu a partir do processo de industrialização, nem toda cidade apresenta-se dotada de equipamentos urbanos sofisticados e modernos, nem toda cidade abriga um setor de serviços altamente tecnificado e nem toda cidade é milionária no sentido que Santos (1993;[2008]) quis dar ao crescimento populacional. Ou seja, esse processo de urbanização gerou cidades com características diversas que são, no fundo, resultado da forma de inserção de cada uma delas numa rede urbana, de suas funções urbanas, de sua história e de sua localização também.

Os estudos urbanos foram e continuam sendo pródigos em apresentar diversas abordagens para compreender este fenômeno. No Brasil podemos destacar os trabalhos de Santos(1981, 2008, 2012), o trabalho de Carlos(2011), o trabalho de Correa(2002) dentre outros. A contribuição desse autor é significativa justamente por apontar conceitos que melhor subsidiam esse texto, visto que pretendemos apresentar questões relacionadas à localização das escolas na cidade, e, para isso, os conceitos de processo e formas espaciais podem contribuir para isso. Para o desenvolvimento desse artigo teremos também como referência básica a obra de Cavalcanti(2008) “A Geografia Escolar e a Cidade”, pois a autora apresenta contribuições para compreender a formação de indivíduos conscientes de seu papel de cidadãos e sua interação com o meio urbano. A partir de uma análise da dinâmica cotidiana da cidade, Lana Cavalcanti direciona as abordagens do ensino do conteúdo da geografia a fim de que os alunos se apropriem da lógica das relações sociais que se expressam nesse espaço.

Embora grande parte dos estudos sobre a cidade tenham enfatizado o processo de industrialização como motor da urbanização, a diversidade de núcleos urbanos pode se distinguir por outras atividades que não apenas a indústria. Pode ser uma cidade turística, religiosa, universitária, administrativa, comercial etc. Apesar disso, qualquer cidade abrigará um equipamento público que é fundamental para qualquer sociedade: **a Escola**. E neste sentido, quanto maior for a cidade, maior a tendência de diferenciação interna entre áreas centrais ou periféricas. Esta dualidade persegue as análises sobre as cidades e sua organização espacial.

Correa(2002) por exemplo, para apreender a organização urbana indica que os processos espaciais e as formas espaciais são compostos por: centralização e área central, descentralização e os núcleos secundários, coesão e áreas especializadas, segregação e as áreas sociais, dinâmica espacial da segregação e inércia e as áreas cristalizadas. Como a escola se coloca frente a esses processos e formas espaciais?

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

Assim, este artigo apresenta-se dividido em três sessões onde o desdobramento se fará da seguinte maneira: na primeira faremos uma exposição sobre esta noção tão tradicional na geografia que é centro-periferia, destacando as formas e escalas de como ela se manifesta espacialmente.

Em seguida, de característica bem mais empírica, mostraremos a formação da cidade de Manaus, seu rápido crescimento oriundo de migrações intensas nas décadas de 1970/80/90, sua divisão territorial em bairros e mais recentemente em zonas e, ainda, a própria divisão em Distritos Educacionais que o governo do estado realiza para o exercício de controle das atividades de ensino.

E por fim, trará uma abordagem pautada na noção de representação que os alunos possuem dos lugares onde moram e estudam, suas noções de “escola do centro” e “escola do bairro”, onde procuraremos demonstrar o significado que essa divisão espacial tem para os alunos.

1. Noção de Centro e Periferia

De forte significado espacial e de manifestação em diversas escalas geográficas, o conceito de centro e periferia surge na Economia como um modelo teórico que procura explicar a relação entre os lugares. Moraes (2003) vai argumentar que “os modelos seriam representações das estruturas fundamentais da organização do espaço[...], aparecendo, na explicação da organização da agricultura, da formação da rede de cidades ou da localização industrial (p.102)”. Para a agricultura destaca-se o trabalho de von Thünen que enfoca a distância existente entre a produção e o mercado consumidor; para as cidades, é a teoria da centralidade de Walter Christaller, que procura explicar a hierarquia urbana e o poder de atração da metrópole. Esta forma de análise espacial teve um vigor muito grande dentro da corrente de pensamento denominada geografia quantitativa ou pragmática. Já na geografia crítica, de base marxista, ela aparece como fonte de explicação da relação de dominação dos países centrais, desenvolvidos sobre os países da periferia do capitalismo

Yves Lacoste (2012), no seu livro mais conhecido, “A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, faz algumas considerações críticas a este par de conceito que foi utilizado pelos marxistas para explicar a expansão capitalista pelo mundo. Afirma que a economia política se precipita sobre metáforas espaciais as mais escorregadias como “centro” e “periferia” (p.135), demonstrando com isso uma fraqueza no raciocínio geográfico.

No entanto são nos estudos urbanos que esta noção se consolidou e ganhou também novas interpretações, pois tanto o centro quanto a periferia agregaram outras variáveis além da dimensão espacial. Correa (2002) afirma que o centro da cidade é o núcleo de articulação das relações espaciais integradas das diversas partes da cidade. Por outro lado, Sposito (2011), argumenta que a ideia de cidade como unidade espacial não é suficiente para explicar sua fragmentação socioespacial, porque a noção de centro-periferia está presa a indicadores e variáveis de aferição e comparação. Assim, as descontinuidades urbanas seriam mais bem compreendidas pelas diferentes formas de apropriações parcelares que seus agentes realizam, sejam aqueles que se ocupam da reprodução capitalista ou aqueles que se ocupam de sua reprodução social.

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

Cavalcanti (2008), enfim aponta para a necessidade de distinguir conceitos de espaço urbano e de cidade, com base em Santos(1988) e Lefebvre(1991). Esclarece que a cidade é a forma, é a materialização de determinadas relações sociais, enquanto o espaço urbano é o conteúdo, sendo assim, as próprias relações sociais que se materializam no espaço. “A cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim, a materialidade visível do urbano, enquanto este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza à cidade”(Souza,1999 *Apud*, Cavalcanti, 2008, p.66). Quanto ao dualismo, a autora defende a necessidade da geografia escolar ter como objetivo ensinar sobre os lugares periféricos da cidade, lugares marcados e estigmatizados, pois é aí que vivem os pobres e os excluídos da cidade.

Quanto à organização espacial e à área central, nas grandes metrópoles podem existir vários centros: um centro histórico que abriga as construções mais antigas da cidade demonstrando a sua origem; um centro de negócios que pode ser uma área mais nova que concentra os serviços sofisticados, bancos, corporações empresariais, escritórios e serviços especializados(médicos, mídias, etc.), terminais de transporte coletivo urbano; e mesmo um centro administrativo, onde se concentram as atividades de serviços públicos, sedes de governos, secretarias, autarquias, entre outros. Ao citar a importância do centro na determinação do urbano, Cavalcanti(2008) faz referência a Lefebvre(2002) ao afirmar que o urbano é pontual, que se localiza e focaliza e que não existe sem esta localização: o centro.

Quanto à periferia, esta pode ser definida como a periferia social, em que se destaca a parcela da população que sobrevive com baixos salários. São os autônomos, vendedores ambulantes e prestadores de serviços diversos que em virtude desses baixos rendimentos tem como alternativa de moradia as periferias geográficas das cidades, os bairros mais distantes e precários de diversas infraestruturas e serviços públicos básicos. Ou então, procuram lugares mais centrais que já perderam a sua valorização em função do envelhecimento, sendo suas antigas residências transformadas em cortiços ou pequenas habitações.

Portanto, a segregação pode ser vislumbrada a partir de duas perspectivas: seja aquela em que a população de baixa renda se desloca para as periferias, e enfrenta longas horas no transporte público para ter acesso ao trabalho; ou a autosegregação realizada por pequena parcela da população que se afasta do centro velho, histórico e desvalorizados para áreas repletas de amenidades, com segurança privada e sem problema de mobilidade, uma vez que não depende do transporte público. A segregação é de fato a divisão social do espaço.

Neste sentido, acreditamos que os trabalhos sobre a cidade se apresentam adequados para iniciarmos a discussão que pretendemos fazer sobre o lugar da escola na cidade. Embora este equipamento público – a escola – não tenha sido a preocupação fundamental dos autores dos estudos urbanos, ela também está imersa nessa imensa teia de relações intraurbana. Como segue Cavalcanti(2008) é nessa escala

que a vida cotidiana e a relação entre cidade, cultura e cidadania podem ser analisadas com maior profundidade,[...]pois, o intraurbano enfoca um conjunto de elementos que são muito importantes para a compreensão do urbano como modo de vida e para o estudo da estrutura interna da cidade”(CAVALCANTI, 2008, p. 65).

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

Para Correa (2002) “o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que em intensidade muito variável” (CORREA, 2002, p.07). É também reflexo da sociedade quando é dividido, muito intensamente, em áreas segregadas que refletem a estrutura da sociedade de classes. Logo, a cidade é profundamente desigual, complexa e mutável e é nesse ambiente que as diversas classes sociais se reproduzem. Porém, pensamos que, a escola vai – ou deveria ir – onde o povo está, como equipamento público fundamental para a minimização dos efeitos dessa desigualdade, ou até mesmo, a longo prazo, a superação das formas mais acentuadas de pobreza por meio da educação.

O acesso à educação, de modo democrático, deve se dar independente se a área é mais ou menos abastada dentro de uma cidade. Em Manaus, nosso local de estudo, segundo a Secretaria de Educação do município e do Estado, são mais de 900 escolas, destas, em torno de 235 escolas estaduais e 494 escolas municipais além das 256 da rede privada. Levando em conta apenas as escolas públicas, podemos afirmar que essas escolas estão bem distribuídas no espaço geográfico e atendem às necessidades de grande parcela da sociedade que delas necessita para garantir o acesso das crianças e jovens à educação?

Verifica-se que a escola enquanto equipamento público é praticamente invisível nos estudos urbanos, uma vez que estes procuram ressaltar outros equipamentos que, a princípio, possuem uma capacidade maior de promover processos de valorização da terra urbana como bancos, indústrias, zona portuária, terminais de transporte urbano, shopping centers, prédios da administração pública etc. Podemos apontar como hipótese para essa invisibilidade o fato de que a escola não exige os mesmos pré-requisitos de localização que aqueles outros que apontamos acima, portanto, a rigor, não depende de processos de valorização da terra urbana. Certamente, como decorrência disso, ela não necessita dos clássicos fatores de aglomeração das atividades comerciais, de tirar proveito da proximidade, de estar junto a outras atividades. A lógica de localização de uma escola, principalmente se for uma escola do Estado, é buscar a proximidade dos lugares que apresentem uma maior concentração de habitantes de determinada faixa etária, que é o seu público. A lógica espacial da escola é, acima de tudo, social. Ou seja, há uma tendência maior da implantação de uma escola promover processos de valorização do que procurar lugares valorizados para se implantar. É nesse local que as crianças e jovens exercem sua cidadania e estabelecem relações sociais fora de casa. Assim, são os bairros que possuem um maior potencial de receber este equipamento público. A expansão urbana carrega para as zonas periféricas não apenas água, energia, transporte e igrejas, mas também a escola, como necessidade básica e exigência social na promoção da cidadania. Os meios de consumo são organizados para que a vida na cidade possa ocorrer, assim temos, os serviços de transporte para garantir a circulação, os hospitais, as áreas de lazer, os espaços culturais, a infraestrutura urbana, os meios de comunicação e as escolas.

De qualquer modo, é praticamente certo que todas as cidades apresentarão escolas localizadas em sua área central, muitas delas escolas antigas e consagradas que ganharam prestígio desde quando praticamente só o Estado e a Igreja monopolizavam a oferta do ensino. Outro fator também que pode ser apontado como lógica de localização das escolas nas áreas centrais

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

da cidade é a grande concentração de trabalhadores que aí exercem as mais diversas atividades nos comércios e serviços e, ao final do expediente, seguem para a escola no turno noturno, sem necessitar de grandes deslocamentos. Aproveitando-se de fatores como acessibilidade e concentração de pessoas, muitas escolas nas áreas centrais funcionam em três turnos, atendendo durante o dia os alunos que apenas estudam e, à noite, recebem os estudantes que trabalham.

Contudo, são nos bairros das grandes cidades que aparecem a maior concentração de escolas, pois é justamente aí onde há um predomínio de uso residencial do solo urbano, enquanto nas áreas centrais há um predomínio do uso comercial. Aqui também é importante destacar que a organização urbana de uma cidade expressará em sua malha as características da sociedade onde ela está localizada, que podem variar desde o nível de renda até as faixas etárias predominantes.

A dinâmica da sociedade tem um rebatimento espacial muito claro, verificado, por exemplo, com a expansão da área central e da substituição de residências por comércios, gerando, conseqüentemente, a mudança de localização dos moradores (estudantes) para outras áreas. Assim, essa dinâmica social que faz com que a cidade se transforme continuamente, produzindo áreas novas e tornando outras áreas decadentes ou envelhecidas, promovem novas localizações comerciais, todavia as escolas enquanto equipamento público são mais resistentes a essas mudanças, possuem um poder de permanência muito grande, próximo, inclusive, daquilo que Santos (2011) denomina de rugosidade, pois não dependem, fundamentalmente, da valorização do espaço e, de certo modo, parecem assegurar maior credibilidade por estar na área central.

Em um levantamento que foi realizado em 2023, por meio da rede mundial de computadores, identificamos a existência dessas escolas na cidade do Rio de Janeiro – Colégio Pedro II (1837), em Recife, o Ginásio Pernambucano (1825), em Porto Alegre a Escola Estadual Paula Soares (1927), em Natal o Colégio Estadual do Atheneu (1834), em São Paulo a Escola Estadual São Paulo (1894) e em Manaus o Instituto de Educação do Amazonas – IEA, fundado em 1880 e o antigo Ginásio Amazonense, de 1864, hoje Colégio Amazonense D. Pedro II, popularmente chamado de “Colégio Estadual”.

O Colégio Amazonense D. Pedro II, localizado no centro da cidade de Manaus, é reconhecido pela sociedade como uma instituição de qualidade no ensino, seja pelo trabalho lá desenvolvido que reflete no maior número de alunos que são aprovados nos vestibulares e demais processos de seleção para uma vaga em curso de nível superior. Em Manaus, essa escola é uma grande referência que resiste ao tempo.

2. A escola na formação da cidade de Manaus

A origem da cidade de Manaus é semelhante a tantas outras que surgiram na Amazônia durante o período colonial. Localizada na foz do rio Negro, próximo ao encontro do rio Solimões/Amazonas, a antiga Vila da Barra do rio Negro foi construída sobre o aldeamento dos Manaós, povo que habitava esta área. Junto a este aldeamento, as forças de vigilância portuguesa construíram a

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

Fortaleza de São José do Rio Negro para assegurar a posse a partir da presença militar.

Com a separação da Província do Grão-Pará e a criação da Província do Amazonas em 1852, Manaus passa a ser sua capital e, justamente por isso, começa a passar por transformações urbanas mínimas para abrigar o corpo de funcionários responsáveis pela gestão. Segundo Daou (2000) a descrição da cidade realizada por diversos cientistas e viajantes que passaram por Manaus, indicavam “uma cidade precária por suas ruas estreitas e cortadas por igarapés, um conjunto de casas simples e a predominância do pequeno comércio”(DAOU, 2000, p.34), não sendo, portanto, objeto de admiração por parte da ‘elite’ que aqui vivia.

Este cenário urbano permanece o mesmo até o final do período imperial, pois no início do período republicano a Amazônia já havia se inserido no circuito internacional de mercadorias fornecendo a borracha natural, extraída dos seringais para abastecer a nascente indústria em outros países, basicamente Estados Unidos e Inglaterra. Esta inserção vai provocar mudanças profundas na cidade, uma vez que as rendas, cada vez maiores, oriundas da exportação da borracha, permitia promover uma renovação urbana, fazendo com que a “tapera dos Manaós”, o antigo ‘curral de índios’ do período colonial, ou ainda a ‘cidade de palha’, do momento da criação da província, se transformasse na “Paris das selvas”, segundo Freire (1987), deixando de ser um “porto de lenha”. É a *belle Époque* amazônica!

Na história regional desse período destaca-se o trabalho de Ednea Mascarenhas Dias (1999), em que a autora aponta já no título do livro “A ilusão do fausto”, o quanto foi desigual o apogeu da borracha na cidade, na medida em que a nova estrutura e os equipamentos urbanos ficaram restrito às áreas centrais. Assim, a construção do porto flutuante para exportar a borracha, foi construído pelos ingleses; o mercado municipal Adolpho Lisboa, construído como uma réplica do mercado Les Halles, de Paris, com estrutura de ferro, tinha por finalidade organizar o abastecimento de alimentos na cidade, também foi uma construção inglesa; o Teatro Amazonas, com sua suntuosidade, visava atender as demandas culturais da elite da borracha; além da introdução de iluminação pública, abertura e pavimentação de boulevares e ruas, de bondes para o transporte, rede de telégrafos e de galerias de saneamento básico. A borracha pagava tudo, afinal passou a representar a segunda maior arrecadação na pauta de exportação brasileira no ano de 1910, após o café, este responsável por 51% e aquela com 28%. O açúcar, produto tão significativo no período colonial, só respondia por pouco mais de 1% (CARVALHO, 2020).

É importante salientar que este fenômeno próspero e passageiro deixou suas marcas tanto na cidade de Belém quanto de Manaus. No Brasil, deve-se lembrar que o extrativismo da borracha foi o responsável por ampliar a área do território brasileiro com a anexação e compra do atual estado do Acre à Bolívia. Esta atividade econômica também foi responsável pela primeira grande onda migratória para a Amazônia, basicamente de migrantes nordestinos que, em busca do látex desbravou rios e floresta. Mas enquanto esses migrantes se dirigiam para o interior da floresta, uma gama de serviços e comércio de apoio à exportação eram instalados em Manaus, que recebeu também migrantes de diversos lugares do mundo.

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

A população da cidade dá o primeiro salto nesse período. E para atender as necessidades dessas atividades comerciais e de serviços, o governo também constrói escolas. Este serviço público não recebeu a devida atenção dos estudiosos, que preferiram se dedicar à ebulição econômica e a transformação da estética urbana. No entanto, nesse vácuo, coube a Carvalho (2020) suprir esse tema com uma tese de doutorado que servirá de suporte para o que queremos apresentar.

Carvalho foca sua atenção na criação dos “Grupos Escolares” durante o período de 1890 a 1910 na cidade de Manaus, justamente no momento que o Estado do Amazonas vive seu auge. A concepção dos grupos escolares na época era reunir num único prédio turmas de alunos dispersos nas chamadas Escolas isoladas. O adensamento de crianças e jovens permitia que tal ação fosse realizada. Era uma mudança geral na Instrução Pública do Brasil Republicano, começando em São Paulo e depois em outros estados da recém federação. Segundo a autora, os primeiros grupos escolares foram construídos em 1897 no governo de Fileto Pires, “que deveriam funcionar em edifícios públicos majestosos, ajudando assim, a compor uma mais valia na ‘cena pública’ do conjunto arquitetônico de edificações na intenção de perpassar uma afirmativa imagem de cidade civilizada, instruída, progressista e de ‘exótica’ beleza” (CARVALHO, 2020, p.129). A população da cidade que em 1850 era de cerca de quatro mil habitantes, chega ao final do século XIX com mais de cinquenta mil habitantes.

A construção de escolas na Amazônia, inicialmente dirigida por jesuítas e depois passa para as mãos do governo colonial, teve como primeira finalidade disseminar a língua portuguesa num território onde se falava dezenas de línguas, cada uma de um povo indígena. Em Manaus, após a criação da província do Amazonas, o primeiro governador, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha afirmava que “era necessário alfabetizar (ensinar a ler, escrever e contar) para capacitar minimamente o “indivíduo idôneo” para cargos de funcionários que a Província necessitava. No período republicano, com as mudanças na educação de crianças e jovens, surgem os Grupos escolares e o governo do Amazonas contando com fartos recursos constrói cinco escolas desse tipo na cidade, todos na área central.

O primeiro foi o Grupo Escolar Saldanha Marinho, que reuniu as turmas de alunas das escolas femininas e uma turma de uma escola mista. Criado em 1897 e localizado na área central de Manaus, neste local já funcionava uma Escola Modelo e posteriormente abrigou a Escola Normal. Foi também durante os anos de 1910 e 1913 a sede de funcionamento da Universidade livre de Manaus, que após meio século transformou-se na Universidade Federal do Amazonas.

O segundo foi o Grupo Escolar José Paranaguá que passou a funcionar onde já existia uma Escola Pública Primária inaugurada em 1895. Também estava localizada na área central da cidade. Funcionou neste local até a década de 1960, quando, em virtude de uma grande evasão de alunos para outras áreas da cidade, teve sua extinção decretada e passou abrigar outro órgão do governo do Estado do Amazonas.

O terceiro foi o Grupo Escolar Gonçalves Dias, que teve o início de seu funcionamento nos primeiros anos do século XX. Localizado na periferia imediata da área central, abrigava três turmas de alunos: uma masculina, outra

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

feminina e uma mista. Foi extinto em 1950 por problemas na estrutura física e arquitetônica, sendo repassado à igreja católica que criou o Patronato Santa Teresinha, em funcionamento até os dias atuais.

O quarto foi o Grupo Escolar Silverio Nery, localizado na área central de Manaus, próximo ao Porto e ao mercado Adolpho Lisboa. Segundo Carvalho descreve, a partir de documentos históricos, “o prédio possuía uma arquitetura eclética de apurado esplendor, no estilo *Art Nouveau* ornada de uma decoração nas fachadas, portas e janelas. Em 1907, o Grupo Escolar atendia 150 alunos, dividido em duas alas, cada uma das alas com três salas de aula”(CARVALHO, 2020, p.189). Apesar disso, no mesmo documento, na visão do Inspetor de Ensino de nada adiantava o Grupo Escolar funcionar num prédio suntuoso se as condições de manutenção e limpeza causavam mal à saúde dos alunos: “O que ali sobra de ornamentos, falta comodidade e bem-estar; fartura de luxo na arquitetura, falta de ar e luz” (CARVALHO, 2020, p.190).

O quinto foi o Grupo Escola Cônego Azevedo, único localizado no bairro de Aparecida, no entorno do centro antigo de Manaus. Criado em 1901 a partir da reunião de duas Escolas, funcionou num prédio estilo Chalé até o ano de 1959, quando sofreu um desmoronamento e, posteriormente foi recuperado.

A euforia na cidade com os recursos derivados da exportação da borracha durou pouco tempo, porque a partir de 1910 os preços internacionais desse produto desabaram com a entrada da produção asiática no mercado mundial. Isto afetou rigorosamente tudo que girava em torno do comércio da borracha: desde os seringais, que se esvaziaram com a retirada dos trabalhadores, passando pelas atividades de transporte, responsáveis pela ligação dos altos rios com a capital Manaus, e com esta cidade, que vê seu movimento comercial, bancário, de lazer, de educação, declinar pela falta circulação monetária e da queda da arrecadação de impostos.

A história regional indica que esta fase de decadência se prolonga até a segunda guerra mundial, quando a produção dos seringais asiáticos foi interrompida e buscou-se retomar a produção na Amazônia. No entanto, também foi muito efêmero e uma nova dinâmica regional só volta a ocorrer no período do governo militar quando se organiza toda uma ação estatal de ocupação da região com os projetos de colonização e, mais especificamente em Manaus, com a criação de uma “Zona Franca”.

O rápido surto de crescimento urbano de Manaus com a implantação da Zona Franca e, posteriormente, a expansão do Polo Industrial, resultou num processo migratório intenso durante cerca de três décadas, de 1970 aos anos 2000. A cidade que possuía cerca de 350.000 habitantes em 1970, ultrapassa um milhão na virada do século. Com isso houve uma necessidade urgente do poder público em promover um processo de reorganização urbana, com dotação de infraestruturas diversas, de energia elétrica e água em bairros novos, construção de inúmeros conjuntos habitacionais populares, transportes públicos e escolas. Esta reorganização urbana em 2010 reclassificou os bairros da cidade, hoje em número de 63, fundindo alguns e nomeando outros; promoveu uma divisão da cidade em 06 zonas – Leste, Norte, Sul, Centro-sul, Oeste e Centro-oeste.

A consequência desse rápido crescimento também exigiu que as Secretarias de Educação, tanto municipal quanto estadual, definissem uma ‘regionalização’ das escolas em Coordenadorias para viabilizar ações de

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

administração, controle, suprimento, etc, dividindo a cidade em 07 Coordenadorias distritais (Estadual); enquanto a Prefeitura divide a sua atuação na cidade em: área urbana, área rodoviária (escolas na zona rural acessível por estrada) e área ribeirinha (escolas na zona rural acessível por via fluvial).

3. A Representação dos lugares: escolas do centro e da periferia.

Antes de adentrarmos à discussão sobre a representação dos estudantes com relação às escolas do centro e da periferia, temos que entender de onde parte os seus olhares sobre essas porções do território urbano, sobre o local de origem ou de moradia. De modo geral, os alunos de escolas públicas vivem em bairros periféricos da cidade, em áreas muitas vezes alijadas do planejamento do poder público sobre uma mínima infraestrutura adequada, o que interfere diretamente na percepção e diferenciação de áreas por parte dos estudantes.

Partindo do local de moradia (casa, rua, bairro, zona) podemos entender as ideias pré-concebidas dos alunos sobre o seu lugar, e como enfatiza Cavalcanti(2008), é na dinâmica interna das cidades que a moradia se torna um dos eixos definidores, afinal, a necessidade do morar, do abrigo é inerente ao ser humano. “A moradia constitui uma referência da vida cotidiana, para onde convergem as pessoas, na sua privacidade[...]tem a ver com a existência de cada um, com um lugar para morar”(CAVALCANTI, 2008,p.129).

Quando é possível a escolha de um lugar para morar muitos fatores são determinantes: custo da moradia (propriedade ou aluguel), distância do trabalho, segurança, qualidade da habitação, assim como, a proximidade aos equipamentos estatais como a escola. Na primeira fase do ensino fundamental, a proximidade de casa é muito valorizada pelo público adulto, pois percorrer grandes distâncias com as crianças é desafiador, seja por questões da ambientais, como altas temperaturas e chuvas, seja pelas condições financeiras da família para arcar com o custo do transporte.

A autora ainda destaca os significados e os sentidos da moradia para o cotidiano das pessoas, pois entende que é dessa referência que elas vão construindo o seu lugar, nas relações de vizinhança, buscando os serviços básicos como o acesso à educação e permanência nas escolas, os serviços de saúde normalmente de baixa complexidade que estão inseridos nos bairros de moradia ou em outros mais distantes que fazem parte da área de abrangência da unidade de saúde e a segurança representadas por distritos policiais. “Então, pode-se afirmar que grande parte da população brasileira constrói seu lugar na periferia das cidades” (CAVALCANTI, 2008, p. 130).

Na análise do espaço urbano, Correa(2022) destaca a habitação como um dos bens cujo acesso é seletivo, pois a maior parcela da população não tem acesso, pois essa dinâmica está diretamente associada à renda, um fator de repulsão das áreas centrais. O pobre tem renda muito abaixo de suas necessidades materiais o que impossibilita o pagamento de um aluguel e muito menos, a compra de um imóvel. O autor classifica isso como “um dos mais significativos sintomas da exclusão”(CORREA, 2002, p.29). As populações mais pobres

têm como possibilidades de moradia os densamente ocupados cortiços localizados próximos ao centro da cidade – velhas residências que no passado foram habitadas pela elite e que se acham degradadas e

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

subdivididas -, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e favela (CORREA, 2002, p.30).

Em Correa(2002) podemos ratificar essas ideias como ele expõe que a segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais, que a terra urbana e habitação são mercadorias especiais, com seus valores de uso e de troca, sujeitas aos mecanismos do mercado, em decorrência disso, grande parcela da população é excluída do acesso a essas mercadorias, atendendo apenas a uma pequena demanda. O que resta de alternativa aos grupos populacionais excluídos é a sublocação residencial, a autoconstrução em bairros periféricos a construção de casebres ou barracos nas favelas.

De acordo com a definição do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), favelas são aglomerados subnormais, são formas de ocupação irregular em terrenos públicos ou privados, com padrão urbanístico irregular, carência ou mesmo ausência de serviços públicos essenciais. Precariedade é a marca das condições de vida da população dessas comunidades.

Os contrastes físicos e as contradições sociais da paisagem urbana, como as hierarquias socioespaciais, são muito comuns nas zonas urbanas em todas as cidades brasileiras, onde a periferia se expande exponencialmente.

De fato, essas grandes cidades se caracterizam espacialmente por esse “dualismo”: de um lado, setores concentrando áreas de elevado padrão urbanístico, bem equipadas, bem servidas, destinadas às camadas mais ricas da sociedade; de outro, áreas periféricas, subequipadas, desassistidas, muitas vezes com ausência completa de infra-estrutura, onde vive a população mais pobre[...]casas pequenas, casebres, sempre inacabados, provisórios, apertados, à espera de mais um “puxadinho”, dividindo pedaços de terrenos e os poucos equipamentos(nem sempre legais)com familiares, com “agregados” de família, com vizinhos. (CAVALCANTI, 2008, p. 130).

Ou seja, a segregação é reforçada e parafraseando Lana Cavalcanti (2008), a periferia permanece como o lugar do pobre, espacial e socialmente periférico. Mora-se e vive-se de forma periférica, aproveitando pouco do que a cidade tem a oferecer, o que “implica ampliar o significado dessa experiência para além da moradia, incluindo práticas sociais, práticas culturais, práticas espaciais” (CAVALCANTI, 2008, p.131).

Por outro lado, historicamente, a área central concentra as principais atividades econômicas: comerciais, de serviços e de gestão. Em decorrência disso e dos interesses econômicos dos agentes imobiliários, fatores como vantagens locacionais, preço da terra e dos imóveis, nessa região é sempre mais elevado. Quanto a sua funcionalidade, a área central torna-se o foco das atividades administrativas de escritórios e gestão, enquanto o comércio varejista passa a estar dispersamente distribuído pela cidade.

Ainda em seu estudo sobre o Espaço urbano, Correa (2002) indica que o processo de centralização ao estabelecer a Área Central configurou-se de modo segmentado, com dois setores: o núcleo central e a zona periférica do centro. O núcleo central caracteriza-se, a partir da metade do século XX, quando o processo de centralização perde força e relevância, pelos aspectos do uso intensivo do solo, com concentração de atividades econômicas do setor terciário,

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

mas com elevados preços da terra; ampla escala vertical, limitada escala e crescimento horizontal, o que facilita percorrer os trajetos a pé. Concentração das atividades no período diurno, foco dos transportes intraurbanos, ponto de convergência e baldeação para bairros de diferentes localizações e por fim, área de decisões, de empresas privadas e instituições públicas.

Por suas contradições e disparidades a cidade educa, forma valores, “informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens”(CAVALCANTI, 2008, p. 74). No entanto, a cidade só poderá ser lida de forma mais abrangente quando os seus cidadãos tiverem uma formação adequada para isso.

Para que a cidadania seja posta em prática, a leitura da cidade é uma competência indispensável.

Ser cidadão é exercer o direito de morar, de produzir e de circular na cidade; é exercer o direito a criar seu direito à cidade, é cumprir o dever de garantir o direito coletivo à cidade. A ideia de cidadania ativa está ligada ao pensamento crítico sobre os tipos de direitos mais convencionais ao pensamento que busca a incorporação de direitos ligados mais a grupos humanos que a indivíduos”(CAVALCANTI, 2008, pp.74-75).

A autora alude ainda às premissas mais gerais como: a escola tem o compromisso político e social quando se compromete para formação de cidadãos mais críticos, participativos e conscientes de exercer sua cidadania; é fundamental que a prática de ensino competente deva contribuir para a melhora da qualidade cognitiva do estudante para que possa participar com qualidade da vida social e a geografia é fundamental nesse processo, pois tem em si a possibilidade dos alunos desenvolverem o seu pensamento espacial, pois o espaço geográfico, mais que uma categoria da geografia, é vivido pelas pessoas e é resultante de suas ações e relações.

Portanto, o espaço geográfico é também fruto de subjetividades, assim como sua representação e estudo. E foi exatamente pensando em como compreender esse espaço geográfico vivido pelos estudantes, que realizamos uma breve enquete com eles para que os mesmos expressassem sua visão sobre a localização das escolas na cidade.

Em uma consulta breve junto aos estudantes do 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública do bairro Cachoeirinha, em Manaus e também de estudantes da mesma fase escolar, mas de uma escola do centro da cidade, na tentativa de tornar mais claro a representação do que é centro e periferia, sobre o que eles considerem escolas de boa qualidade, as representações das escola localizadas no centro e no seus bairros de moradia e sobre a expectativas que eles têm sobre as escolas onde pretendem cursar o ensino médio, junto a eles aplicamos um questionário com perguntas abertas para a compreensão das suas interpretações individuais e suas aspirações de acordo com as suas realidades e oportunidades que buscam alcançar.

Na primeira pergunta, foi indagado sobre o que os estudantes consideram uma boa escola. De modo geral, as respostas são referentes aos valores compartilhados em nossa sociedade, que a escola para ser considerada boa precisa ter qualidade na educação, ter uma organização, não somente no que se refere a estrutura física, mas também nos acordos internos com o corpo docente e alunos. Nessa mesma perspectiva, focam na figura do professor a

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

questão da qualidade, “uma boa escola deve ter bons professores”, “os professores não deveriam faltar diariamente”, “boa escola quando os professores não faltam e quando explicam bem a matéria”, “que os professores ensinem de modo que o aluno possa aprender”. “Uma escola que tenha bons professores e aulas legais, passeios e outras atividades divertidas para que os alunos tenham vontade de participar. A escola deve ser grande e com uma boa reputação”. “Eu considero uma escola boa que disponibiliza ensino e atrações ao mesmo tempo que ensina os alunos de uma forma que os professores mostrem a melhor maneira de ensino. Deve ter menos regras que não abalem o ensino e a aprendizagem, seja mais organizada e os alunos mais disciplinados”.

A centralidade de suas respostas está na figura do professor, logo nos leva a crer que o professor está no centro do processo – claro que está –, pois ao longo do tempo, de uma educação conservadora e estruturada nessa figura, o aluno ainda não se vê também no centro do processo, porque na maior parte do tempo ele realmente não está. A imagem mais tradicional que temos de uma sala de aula é aquela em que o professor ‘comanda’, ‘domina’, ‘rege’ a sala de aula, e do outro lado? O outro lado não se vê como centro do processo de ensino-aprendizagem?

Além da focalização no professor, muitas manifestações são com respeito ao aspecto estrutural das escolas, haja vista estudarem em uma escola que demanda cuidados por parte do poder público. Uma escola de boa qualidade é “limpa e segura”, “que seja espaçosa, confortável para estudar e bem higienizada”, “uma escola que não seja quente”, “grande”, “que seja climatizada” haja vista estarmos na região equatorial do planeta, com altas temperaturas, que influencia diretamente na sensação de desconforto ou em sala de aula, caso a climatização não esteja adequada.

Complementando essas respostas, os estudantes também citaram que a possibilidade de aquisição de conhecimento é importante, que a escola seja um lugar que se sintam bem para ter disposição para aprender, além disso, que os jovens colaborem com a disciplina para não atrapalharem as aulas, quando dizem que a escola deve ser “civilizada”, “motivadora”, que cultivem o respeito ao próximo, a honestidade, a segurança, haja vista muitos casos de furtos de materiais escolares e aparelhos eletrônicos. Ao mesmo tempo vislumbram uma escola diferente daquela que eles estudam: destacam a necessidade de cursos livres, matérias mais interessantes como noções de Economia, Informática, equipadas com laboratórios e bem estruturadas. Com boa alimentação, aulas de desenho, natação, que introduza a arte, “que não ensine só coisas básicas”.

Em seguida, com uma pergunta mais específica, questionei em qual escola os estudantes gostariam ou pretendem cursar o Ensino Médio, com que motivação e quais as referências que eles têm sobre tais instituições. A maioria deles pretende estudar no Colégio Amazonense Dom Pedro II, escola pública de referência que fica no centro de Manaus. Alguns alunos citam escolas mais próximas de suas residências, como uma forma de facilitar o acesso; outros optam por outras escolas no centro da cidade e uma parcela reduzida cita escolas privadas ou as que tem a oferta do ensino técnico, como o Instituto Federal do Amazonas – IFAM, com vistas à inserção no mercado de trabalho. Aqueles que pretendem estudar em instituições privadas são os alunos que, recentemente, tiveram que deixar as escolas privadas de ensino para estudar nas escolas públicas, haja vista o momento de crise econômica, perda de

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

emprego e queda na renda familiar dos seus pais, mais acentuada pelas circunstâncias da pandemia da Covid-19, iniciada na região em 2020.

Com relação ao Colégio Amazonense Dom Pedro II a representação que a escola tem para a sociedade do estado é de uma instituição de excelência, de qualidade, com grande sucesso nas provas de vestibulares, com uma das melhores participações e em número de aprovados das escolas públicas do Amazonas. Para os estudantes que pretendem nela ingressar consideram a escola de qualidade por conta da experiência de familiares (tia, primos) que lá estudaram, em um passado recente, ou ainda estudam. As referências que eles têm sobre a escola são que os “amigos falam bem dessa escola, que tem bons professores e que está localizada no centro”, que a escola “é bem organizada, que têm muitos eventos”, que “a escola tem bom ensino e ‘puxado’ e minha tia que estudou lá, hoje tem uma vida incrível”, alguns consideram “a melhor opção para o meu futuro”, segundo os familiares afirmam que a escola é muito boa, a melhor escola pública de Manaus.

Perguntamos também se para eles há alguma relação entre a localização das escolas, no centro ou na periferia, interfere na qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade. A maioria não acredita nessa possibilidade, mas quando perguntados sobre a percepção deles sobre as escolas dos bairros em que moram e as escolas do centro, as repostas divergem da anterior. Afirmam que a percepção deles sobre as escolas de seus bairros seja “bagunçada”, “desorganizada”, que o governo “não cuida tão bem”, que é “esquecida”, “escola perigosa difícil de administrar”. Consideram o ensino de baixa qualidade devido à falta de professores, de materiais e tecnologias para o ensino, e de uma melhor infraestrutura. Externam também uma preocupação com o intenso trânsito de drogas no interior dessas escolas e que por conta também da violência, preferem estudar em centros de ensino fora dos seus bairros.

Por outro lado, com relação às escolas localizadas no centro da cidade de Manaus, e fazendo referência, em maioria, ao Colégio Amazonense Dom Pedro II, julgam que essa escola seja organizada, que tem bom ensino e mais oportunidades de cursos, que tem bom acesso por conta de ter muito transporte que se deslocam dos bairros para o centro da cidade. Um aluno fez referência aos custos de estudar em uma escola como essa, pois há todo um fardamento diferenciado e custo de transporte. Acerca da qualidade pedagógica, afirmam de forma unânime que acreditam sim que sejam escolas melhores, por conta dos resultados nas seleções de vestibulares, processos seletivos e sistemas de ingresso seriado⁴.

O que fica muito claro na fala dos estudantes é um sentimento forte de esperança em ter essa oportunidade de ingressar em uma escola que contribuirá para a vida adulta e o futuro profissional, porque afinal, o estudante jovem da escola pública, de modo geral, visa a sua colocação no mercado de trabalho, haja vista a necessidade de assumir a garantia das suas condições imediatas de vida.

Por fim, a partir das perspectivas individuais dos estudantes, a compreensão sobre o que eles entendem por centro e por periferia. É muito evidente o entendimento que o centro remete à lugar movimentado, com uma

⁴ Processo de seleção realizado durante os três últimos anos do ensino médio.

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

dinâmica intensa e própria, quando respondem que o centro seria “o lugar mais ativo da cidade onde estão os comércios”, “o lugar onde muitas pessoas frequentam” ou “área onde o governo dar maior atenção”, onde a vida cultural da cidade é mais efervescente, com “eventos que não têm na periferia”, segundo um deles. Ou, de forma muito mais simples dizem, “centro é a parte rica e a periferia é a parte pobre”

É importante colocar em relevo que essa ideia de centro ser mais rico e bairro ser mais pobre vem de uma representação social passada de geração em geração que os jovens de hoje apenas reproduzem, fruto de uma época que as classes mais abastadas habitavam o centro da cidade e que a parcela da elite da população era beneficiada pela educação pública de qualidade em que muitos dos ex-alunos ilustres da instituição tornaram-se figuras importantes da sociedade, temos exemplo de escritores e políticos.

Quando indagados sobre a representação do que é a periferia da cidade, o sentido torna-se o oposto. As afirmações mais comuns são: “A periferia é um lugar longe e abandonado”, “a periferia é mais jogada pelo poder público”, “um lugar afastado”, “lugar onde habitam pessoas com poucos recursos”, “onde ficam as favelas e os lugares mais afastados”. Sendo assim, periferia tem sinônimo de pobreza, exclusão, isolamento, miséria. Dessa forma, a compreensão sobre a qualidade das escolas do centro e da periferia acompanham a representação desses lugares na cidade.

Entre as mais variadas respostas, nos chama a atenção quando os alunos relacionam periferia à baixa renda, logo qualificam que as escolas dessas áreas não têm condições de assumir de fato a educação básica com toda a estrutura que dela exige. Afirmam que a gestão da escola pública não é muito boa, que a escola tem problemas de infraestrutura, e nas escolas da periferia falta uma maior atenção por parte dos gestores públicos para que professores e alunos tenham condições de desenvolver um processo de ensino-aprendizagem eficientes. De outro lado, entendem que as escolas do centro têm boa qualidade, têm espaços maiores e boa história.

Considerações Finais.

Como o nosso objetivo nesse artigo foi compreender a representação dos alunos sobre as “escolas do centro” e as “escolas da periferia”, foi necessário realizar uma breve discussão sobre a localização da escola enquanto equipamento público no espaço urbano. Após apresentar a origem das noções de centro-periferia, tão recorrente na Geografia e, mais que isso, nas diversas formas de representação espacial, nossa atenção especial foi sobre a organização do espaço e como a noção de centro-periferia aparece nos estudos urbanos. Apontamos que a lógica de implantação desse equipamento coletivo numa cidade não segue a lógica da valorização do espaço, principalmente as escolas públicas, que devem se localizar mais próximo às áreas de uso residencial, onde está o público das escolas, ao contrário de outras atividades, como serviços e comércio, que em geral tendem a se aglomerar num determinado ponto para gerar uma dinâmica econômica, constituindo uma área comercial, possuindo uma centralidade.

Constatamos que, sendo a escola um equipamento público fundamental para qualquer sociedade, ela está presente no centro antigo das grandes cidades

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

brasileiras, pois é uma marca do passado, da história das cidades, de um período em que praticamente só o Estado, e a Igreja, assumiam esse empreendimento de educação pública.

Em Manaus, verifica-se esse processo com muita clareza no final do século XIX e início do século XX, quando a exploração e exportação da borracha nativa proporcionou uma breve e pujante riqueza à cidade, que foi dotada de infraestrutura urbana como energia, água, transporte e construiu porto, mercado, teatro e escola. As escolas tiveram àquela altura a função de formar mão de obra para uma cidade que se expandia comercialmente.

Depois de um breve ciclo de prosperidade, a cidade de Manaus só retornará à cena nacional com a implantação dos grandes projetos na Amazônia, na década de 1970, recebendo, com isso, um grande contingente de migrantes, o que exigiu ações de planejamento urbano e uma expansão da rede de escolas em diversos bairros periféricos da cidade.

Na última parte do artigo, que foi dedicada a demonstrar como os alunos concebem a representação centro-periferia, tendo como referência as escolas, descrevemos os relatos deles sobre as localizações centrais e periféricas, as experiências da vivência e das relações travadas entre eles e em seus círculos de amizade e parentesco, pois acreditamos que isso faz parte da formação, significado e as formas de representação das noções de centro e periferia. Nesses relatos foi possível identificar como o lugar da moradia, da atividade profissional da família, o problema da acessibilidade numa grande cidade, terminam por se tornar fatores preponderantes na tomada de decisão de onde estudar.

Referências

- CARLOS, A. **A produção do Espaço urbano**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- CARVALHO, G. **Os Grupos Escolares de Manaus. 1890-1910: a escola republicana de ensino primário**. Tese de doutoramento. Universidade do MINHO, Portugal, 2019.
- CAVALCANTI, L. **A Geografia escolar e a cidade**. Campinas: Papyrus Editora, 2008.
- CORREA, R. **O Espaço Urbano**. 4ªEd. São Paulo: Ed. Ática, Coleção Princípios, 2002.
- DAOU, A. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.
- DIAS, E. **A Ilusão do Fausto. Manaus 1890-1920**. Manaus: Ed. Valer, 2010.
- FREIRE, J. Barés, **Manaós e Tarumãs**. Edoc - Repositorio Administrativo UFAM: Anexo A – 1987. Barés Manaós Tarumãs. [enlace da internet acessível](#)
- MORAES, A. **Geografia: pequena história crítica**. 19ªEd. São Paulo: Annablume, 2003.
- LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 18ªed. Campinas: Papyrus Editora, 2010.
- SANTOS, M. **Geografia Urbana**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981.

O LUGAR DA ESCOLA NA CIDADE E A NOÇÃO DE CENTRO E PERIFERIA

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusp, 2011.

Recebido em: 21/06/2023

Aprovado em: 28/07/2024

Publicado em: 12/08/2024

